

## MODELOS SINTÁTICOS NA GRAMATICOGRAFIA OCIDENTAL: DOS CASOS ÀS FUNÇÕES

Francisco Eduardo Vieira\*

Carlos Alberto Faraco\*\*

- **RESUMO:** Este artigo tem como objetivo investigar, ao longo da história da sintaxe, movimentos retóricos e descritivos que levaram a gramaticografia ocidental da análise baseada nos casos latinos à análise baseada em funções sintáticas. Segue-se a linha sugerida por Colombat *et al.* (2017, p. 129), segundo os quais, a análise lógica da proposição foi de fato sistematizada nas gramáticas das línguas modernas europeias somente a partir do século 17, com os racionalistas franceses de Port-Royal. A base disciplinar da pesquisa é a Historiografia da Linguística (Swiggers, 2009a; Koerner, 2020) e, de modo particular, a historiografia da gramaticografia (Swiggers, 2020, entre outros). Os resultados indicam que a ambivalência da categoria “caso”, compreendida como fenômeno tanto flexional quanto lógico-semântico desde a Gramática castellana de Nebrija (1492), só foi finalmente resolvida pela gramaticografia francesa de meados do século 18, o que levou à substituição de um modelo sintático baseado em casos por um modelo baseado em funções. O estudo abre um percurso investigativo relevante: explorar as repercussões da mudança de modelos sintáticos dos casos às funções na continuidade da gramaticografia ocidental, sobretudo de língua portuguesa.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia da Linguística; Gramaticografia; Sintaxe; Modelos sintáticos.

### Introdução

Este artigo tem como propósito investigar, no curso da história da sintaxe, movimentos retóricos e descritivos que levaram a gramaticografia ocidental dos casos latinos às funções sintáticas. Dito de outro modo, pretende-se compreender alguns aspectos do processo de transição dos modelos sintáticos centrados nas relações formais de concordância e regência entre palavras – relações estas consubstanciadas em

---

\* Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), João Pessoa, PB, Brasil. Professor Adjunto. fevs@academico.ufpb.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5076-4488>.

\*\* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor de Ciências Humanas e Letras, Curitiba, PR, Brasil. Professor colaborador. carlosfaraco62@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5509-9560>.

categorias como *nominativo* e *acusativo* – aos modelos sintáticos centrados nas relações lógicas entre unidades vinculadas ao domínio da proposição, como *sujeito* e *objeto*.

A investigação focaliza a evolução dessas ideias sobre sintaxe em gramáticas de língua portuguesa, espanhola e francesa, pois tal história não pode ficar restrita a um único universo gramaticográfico. É preciso, na verdade, investigar a história da sintaxe em gramáticas de diferentes línguas, buscando acompanhar o desenvolvimento dos modelos sintáticos em geral e seus impactos na gramaticografia da língua portuguesa em particular. Nesse sentido, não deixamos de considerar, por exemplo, a trilha sugerida por Colombat *et al.* (2017, p. 129), segundo os quais, na história da sintaxe, a análise lógica da proposição foi de fato sistematizada nas gramáticas das línguas modernas europeias somente a partir do século 17, com os racionalistas franceses de Port-Royal; até então, os modelos sintáticos teriam ocupado nessas gramáticas espaços pouco significativos em comparação com os níveis dos sons/letras e das palavras.

## Contextualização da pesquisa

A base disciplinar da pesquisa é a Historiografia da Linguística (HL), campo de estudo que investiga a história dos conhecimentos e reflexões relacionados à linguagem e às línguas (Swiggers, 2009a), respeitando os requisitos epistemológicos e metodológicos necessários à escrita de narrativas historiográficas adequadas (Koerner, 2020). A tarefa de escrever uma história da transição dos modelos sintáticos dos casos às funções sintáticas envolve, portanto, a seleção, ordenação, reconstrução, descrição e interpretação de fontes e conteúdos significativos e contextualmente situados. Tais princípios e procedimentos foram efetivamente seguidos nas fases heurística e hermenêutica da pesquisa, desaguando em sua fase executiva<sup>1</sup>, isto é, na narrativa que ora se apresenta.

De modo particular, a investigação se insere na *historiografia da gramaticografia* (cf. Swiggers, 2020, 2009b; Gómez Asencio *et al.*, 2014; Silva, 2006), linha de pesquisa da HL que pode ser definida como a escrita da história da técnica de compor gramáticas, ou seja, do ato de produzi-las. A gramaticografia representa o domínio de ação do gramático, englobando tarefas específicas, tomadas de decisões e implicações inerentes a esse processo; por seu turno, a historiografia da gramaticografia se centra na análise das concepções de gramáticos e nas soluções propostas para problemas gramaticais no curso da história.

---

<sup>1</sup> As pesquisas em HL, de modo geral, são organizadas e desenvolvidas em três fases, nomeadas de *heurística*, *hermenêutica* e *executiva* (cf. Swiggers, 2012, p. 43-44). Em síntese, a fase heurística abrange os movimentos epi-historiográficos do pesquisador, como levantamento da documentação de pesquisa, leitura das fontes primárias e catalogação de ideias linguísticas; a fase hermenêutica consiste na interpretação crítica das ideias mapeadas na fase heurística, a partir de categorias de análise previamente estabelecidas; segue à fase hermenêutica a fase executiva, quando os resultados da investigação são materializados, por exemplo, num artigo científico, como o presente texto.

Num contexto ainda mais específico, essa reflexão historiográfica desenvolvida sobre os modelos sintáticos se soma aos resultados do macroprojeto de pesquisa “Historiografia da Sintaxe no Brasil (HSB): teoria, norma e ensino”, em desenvolvimento, desde 2019, no grupo de pesquisa “HGEL – Historiografia, Gramática e Ensino de Línguas” (UFPB/CNPq)<sup>2</sup>. O macroprojeto HSB tem como objetivo principal realizar uma historiografia de saberes, ideias, questões, teorias e modelos pedagógicos relacionados à dimensão sintática dos estudos gramaticais, filológicos e linguísticos no Brasil, abrangendo os séculos 19 a 21 (cf. Vieira, 2020a). Entre as principais contribuições das pesquisas sob seu domínio, destacam-se:

- a) a compreensão da *gramática tradicional* (GT) como uma “tradição de pesquisa” (Laudan, 1978)<sup>3</sup> que articula o eixo da norma-padrão ao eixo da análise metalinguística<sup>4</sup>, a partir de um conjunto de diretrizes epistemológicas inegociáveis<sup>5</sup> (cf. Vieira, 2020b);
- b) a proposta de três linhagens gramaticográficas – *latinizada, racionalista e empirista* – para uma interpretação menos linear da história da gramática no Ocidente<sup>6</sup> (cf. Faraco; Vieira, 2021);
- c) a elaboração de duas ferramentas para análise de modelos sintáticos na história da gramaticografia ocidental: a *rede taxonômica*, que registra graficamente e exemplifica as relações formais e lógicas entre os metatermos que estruturam um modelo sintático, capturando a macro-organização e revelando detalhes terminográficos desse modelo; e o *glossário de metatermos*, que permite ao leitor do presente um entendimento mais aprofundado de um modelo sintático do passado, bem como o acompanhamento das transformações das relações entre termos e conceitos (cf. Vieira, 2024);

---

<sup>2</sup> Espelho do grupo de pesquisa HGEL no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Plataforma Lattes/CNPq): <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/318104>. Site do HGEL: <https://hgel.com.br/>. Acesso em: 21 out. 2024.

<sup>3</sup> Segundo Laudan (1978), uma “tradição de pesquisa” não é uma teoria particular, mas um conjunto de doutrinas ou suposições mais gerais e mais difíceis de serem testadas; ela é, ao mesmo tempo, metafísica e normativa, pois sustentada e limitada por “diretrizes” constitutivas de uma ontologia que especifica os tipos de entidades fundamentais da tradição e certos modos de proceder que funcionam como os métodos de investigação legítimos, disponíveis ao intelectual vinculado à tradição.

<sup>4</sup> De acordo com Vieira (2020b, p. 88-89), o *eixo da norma-padrão* equivale ao campo da escrita e da fala “corretas”, e o *eixo da análise metalinguística*, ao domínio das técnicas de descrição e explicação das estruturas da língua a partir de um aparato categorial e conceitual específico. Esses dois eixos não são estanques, mas se articulam como duas engrenagens na composição da tradição gramatical: a prescrição da norma-padrão acontece ancorada em gestos de análise metalinguística que envolvem relações fonético-fonológicas, morfológicas e sintáticas entre os elementos da gramática da língua.

<sup>5</sup> Vieira (2020b, p. 94) sistematiza em cinco essas diretrizes: i) a GT busca estabelecer e ensinar um padrão linguístico idealizado por meio da prescrição de formas e construções supostamente corretas e legítimas; ii) a GT promove uma visão de língua invariável e imutável, interdita ou ignora a diversidade linguística e combate a suposta deterioração do padrão idealizado; iii) a GT privilegia a escrita literária do passado em detrimento de outras esferas discursivas e outras sincronias; iv) a GT considera a oração como a unidade máxima de análise e como a expressão de um juízo, dotada de sentido completo; v) a GT utiliza um conjunto de categorias e conceitos oriundos da filosofia grega e da gramática greco-latina, adaptando-os às diversas línguas modernas.

<sup>6</sup> A caracterização dessas linhagens será retomada e expandida na próxima seção deste artigo.

- d) a sistematização de diretrizes meta-historiográficas<sup>7</sup> que podem fundamentar, conceitual e analiticamente, diferentes pesquisas envolvendo gramaticografia, de modo geral, e história da sintaxe, de modo particular (cf. Vieira; Mesquita, 2025);
- e) a identificação e interpretação de alguns eventos da história colonial e imperial brasileira que, direta ou indiretamente, estiveram vinculados ao processo de fixação de uma norma-padrão para o Brasil a partir do século 19 e, paralelamente, ao estabelecimento e difusão de uma cultura do erro no trato de nossas questões linguísticas (cf. Vieira; Faraco, 2024);
- f) narrativas historiográficas sobre a emergência, o desenvolvimento e a consolidação do processo de gramatização da colocação pronominal em gramáticas brasileiras de língua portuguesa publicadas no correr do século 19 (cf. Ferreira, 2021; Ferreira; Vieira, 2024);
- g) a descrição e interpretação panorâmica dos conhecimentos sintáticos – entre outros conhecimentos linguístico-gramaticais – abordados em provas de concursos públicos realizados em âmbito nacional, no interstício de 2010 a 2019, a partir da análise de 118 programas de estudos e 1.962 questões objetivas (cf. Batista, 2024);
- h) os achados parciais de quatro teses de doutorado em andamento, as quais versam sobre: i) sistemas de pontuação em gramáticas e tratados ortográficos de língua portuguesa dos séculos 16 a 18; ii) aspectos sintáticos do português do Brasil abordados em gramáticas escolares brasileiras nos últimos 40 anos do século 20; iii) o conhecimento sobre sintaxe na pesquisa linguística brasileira de 1960 a 1989; iv) a história dos processos de subordinação das orações em gramáticas de língua portuguesa dos séculos 16 a 20<sup>8</sup>;
- i) e a publicação da *Gramática do português brasileiro escrito*, instrumento linguístico que focaliza a sintaxe escrita formal do português brasileiro contemporâneo, sob um tratamento descritivo-normativo, a partir de recursos pedagógicos inovadores, como os diagramas coloridos que estruturam a análise dos constituintes sintáticos principais de períodos simples e complexos (cf. Vieira; Faraco, 2023).

A lista revela um conjunto diversificado de produtos e resultados decorrentes de múltiplas abordagens e interesses de pesquisa envolvendo sintaxe. Em geral, podemos situá-los em três dimensões interrelacionáveis: *(meta-)historiográfica, descritivo-*

<sup>7</sup> A meta-historiografia, nos termos de Swiggers (2009a), promove uma reflexão crítica e sistematizada sobre as práticas de pesquisa em Historiografia da Linguística, com ênfase em seus aspectos teóricos ou metodológicos.

<sup>8</sup> Título provisório, autoria e previsão de defesa das teses em andamento, sob orientação de Francisco Eduardo Vieira, no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING) da UFPB: *Aspectos sintáticos e prosódicos do sistema de pontuação nos primeiros séculos de gramatização portuguesa* (Marina Maris, 2025); ii) *Uma historiografia das ideias sobre o português do Brasil em gramáticas escolares* (Anderson Rany, 2025); iii) *O conhecimento sobre sintaxe na pesquisa linguística brasileira* (Emily Ferreira, 2026); iv) *A subordinação das orações na gramaticografia de língua portuguesa entre os séculos 16 e 19* (Fábio Mesquita, 2028).

*normativa e aplicada*. Por exemplo, a elaboração das ferramentas para análise de modelos sintáticos na história da gramaticografia ocidental (item c) é de natureza metateórica, decorre de uma prática historiográfica cientificamente fundamentada e ilumina as relações lógicas e formais (descritivo-normativas) que estruturam modelos sintáticos; a proposta de gramatização do português brasileiro contemporâneo (item i) conjuga, inevitavelmente, componentes descritivo-normativos e aplicados (pedagógicos); já o artigo em tela, sobre a passagem dos casos às funções na história dos modelos sintáticos, privilegia aspectos historiográficos e descritivos no trato dessas ideias linguísticas.

A propósito, é importante explicitar o que se vem entendendo por “ideias linguísticas” e “modelo sintático” no âmbito desse conjunto de pesquisas e, conseqüentemente, deste artigo.

Sabe-se que o objeto da HL não é a linguagem e as línguas propriamente ditas, mas o curso evolutivo do conhecimento (ou saber) sobre a linguagem e as línguas. Dito de outro modo, esse campo disciplinar se interessa pelo devir histórico das *ideias linguísticas*, em termos de aquisição, elaboração, formulação, circulação, difusão, recepção, influência, longevidade, apagamento, entre outras nuances. Nessa perspectiva, “conhecimentos”, “saberes” e “ideias linguísticas” são expressões equivalentes e bastante amplas. Por exemplo, uma teoria, uma argumentação, uma asserção, uma observação, uma pressuposição, uma prescrição ou um preconceito envolvendo linguagem ou línguas são considerados ideias linguísticas, ou seja, fazem parte do conjunto de conhecimentos ou saberes linguísticos. Essas expressões também referenciam “reflexões, especulações, descrições, análises, regras normativas sobre a linguagem e as línguas que foram elaboradas séculos antes de se poder efetivamente falar de uma linguística” (Batista, 2020, p. 18).

Um *modelo sintático*, portanto, pode ser definido como *um conjunto de ideias, conhecimentos ou saberes linguísticos relacionados, que abrangem a macro e a micro-organização do que se compreende por sintaxe num instrumento linguístico, o que inclui aspectos metalinguísticos e conceituais relativos a categorias, propriedades, prescrições e relações* (Vieira, 2024). Na história da gramatização da língua portuguesa, os modelos sintáticos acompanham as diretrizes epistemológicas da GT mencionadas acima (item a). Contudo, variações, que podem se manifestar de maneira mais ou menos pronunciada – no que diz respeito às concepções de linguagem, língua, gramática e sintaxe, à organização da exposição, às descrições estruturais, às técnicas de análise, ao estabelecimento de regras normativas, às classificações, terminologias e conceitos utilizados nas obras –, resultam em modelos sintáticos diversificados, mesmo quando se consideram instrumentos linguísticos pertencentes a um mesmo período ou a uma mesma linhagem gramaticográfica.

Feitas essas considerações, convém dizer como este artigo está organizado. Além desta seção introdutória, há outras seis. Na primeira delas, faz-se, a partir de Faraco e Vieira (2021), uma apresentação geral das três linhagens gramaticográficas – a latinizada, a racionalista e a empirista – que pautaram a escrita das gramáticas das línguas europeias modernas desde o século 15. Na sequência, dá-se atenção aos modelos

sintáticos centrados nas relações formais de concordância e regência, e se discute o estatuto ambivalente da categoria “caso” nas gramáticas latinizadas. Aborda-se, então, a categoria “caso” na *Gramática de Port Royal* e se introduz a análise sintática proposta na gramática francesa de Buffier (1709), em que aparece a primeira tentativa de superar a sintaxe de casos. A discussão se completa com a apresentação do modelo sintático centrado em relações lógicas proposto na gramática francesa de Girard (1747). Fecha o artigo uma breve seção de considerações finais.

## Dinâmicas das linhagens gramaticográficas

Na historiografia da gramaticografia, o surgimento das gramáticas de línguas europeias modernas, em especial das gramáticas de línguas românicas, é frequentemente associado a Elio Antonio de Nebrija (1441?-1522) e sua *Gramática castellana*<sup>9</sup>, publicada em 1492<sup>10</sup>. Essa obra, fiel aos fundamentos da tradição gramatical greco-latina, teve impacto duradouro na gramaticografia ocidental, estabelecendo um modelo para a elaboração de gramáticas de outras línguas europeias e influenciando a forma como os vernáculos seriam analisados e padronizados a partir de então. Nesse sentido, a gramática castelhana de Nebrija costuma ser considerada ponto de inflexão do que Auroux (1992) denomina “revolução tecnológica da gramatização”, isto é, o movimento renascentista de gramatização massiva das línguas europeias a partir de uma única tradição linguística – a tradição gramatical greco-latina. Nos séculos subsequentes, esses processos de construção de normas-padrão a partir de uma rede metalinguística homogênea se desdobraram em três linhagens gramaticográficas diferentes, conforme argumentamos – como já dito – em Faraco e Vieira (2021): a *linhagem latinizada*, a *linhagem racionalista* e a *linhagem empirista*.

Em linhas gerais, as gramáticas da linhagem latinizada se caracterizam pela vinculação explícita às gramáticas latinas, do ponto de vista retórico, analítico e normativo. Tais obras constroem, assim, uma relação especular entre as estruturas do latim e da língua moderna gramatizada, conforme indicado já no título da obra *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina [...]*, de Jeronymo Contador de Argote (1676-1749). Na introdução dessa gramática, publicada em 1725, lê-se, por exemplo, que “[...] a mayor parte das regras da Grammatica Portuguesa convem, e são as mesmas, de que usa a Grammatica Latina. E assim sabidas as primeyras tem vencido o Estudante, quando entra a aprender o Latim, a mayor parte das suas regras [...]” (Argote, 1725, n.p). Resultam desse entendimento e propósito pedagógico descrições que tentam acomodar

---

<sup>9</sup> Em português: *Gramática castellana*. Esta e as outras traduções em nota foram feitas pelos autores do artigo. Convém dizer que o título desta gramática de Nebrija oscila entre diferentes edições: *Arte de la lengua castellana*, *Gramática sobre la lengua castellana*, *Gramática de la lengua castellana* e *Gramática castellana*. Esta última denominação foi adotada no presente artigo por ser o título da edição consultada.

<sup>10</sup> Muito embora registros anteriores de práticas gramaticográficas esporádicas não devem ser negligenciados, como a escrita de uma gramática do provençal no século 13 (Auroux, 1992, p. 38).

os fatos da gramática portuguesa à gramática latina, independentemente de diferenças mais ou menos evidentes, como ilustra a explicação apresentada nas *Regras* sobre o número de conjugações verbais nas duas línguas:

[...] verdadeyramente na lingua Portugueza só ha tres conjugações, porque em *or* só acaba o Verbo *Por*, e os seus compostos *compor*, *dispor* &c. e assim propriamente não formão conjugação diversa, mas são Verbos irregulares; porem, como o Verbo *Por* tem muytos compostos, e na lingua Latina ha quatro conjugações, por isso disse acima haver também quatro na Portugueza, para observar o mais que posso semelhança entre a lingua Latina, e Portugueza [...] (Argote, 1725, p. 144-145).

Em contrapartida, a linhagem racionalista surge ancorada numa perspectiva logicista e universalizante, a partir da qual a gramática deve se ocupar, primordialmente, com os princípios racionais gerais, que, em tese, estariam subjacentes às estruturas de todas as línguas. As peculiaridades de cada língua serão vistas, então, como diferentes manifestações dos princípios gerais. Distanciando-se – sobretudo em retórica – da linhagem latinizada, os gramáticos da linhagem racionalista costumam criticar o suposto aprisionamento descritivo das línguas vernáculas à língua latina. Um dos aspectos mais criticados é o uso de tábuas de casos e declinações na abordagem de algumas partes do discurso, como os “nomes”. A Figura 1, também retirada das *Regras* de Argote, onde se lê que “o nome [...] se declina por casos” (Argote, 1725, p. 2-3), exemplifica essa relação especular que estrutura a maioria das gramáticas da linhagem latinizada:

**Figura 1** – Declinação dos nomes que têm antes de si o artigo “o” em Argote (1725)

Numero Singular.		Numero Plurar.	
Nominativo	O Louvor.	Nominativo	Os Louvores.
Genitivo	do Louvor.	Genitivo	dos Louvores.
Dativo	ao Louvor.	Dativo	aos Louvores.
Accusativo	ao Louvor.	Accusativo	aos Louvores.
Vocativo	ò Louvor.	Vocativo	ò Louvores.
Ablativo	do Louvor.	Ablativo	dos Louvores.

Fonte: Argote (1725, p. 9-10)

Já os parágrafos abaixo, extraídos da apresentação “Ao leitor benévolo” do *Epitome da Grammatica da Lingua Portugueza* (1806), do autor brasileiro Antonio de Moraes Silva (1755-1824), e da “Introdução” da *Grammatica philosophica da lingua portugueza, ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem* (1822), do autor português Jeronimo Soares Barbosa (1737-1816), ilustram, de forma

clara, a retórica de ruptura das gramáticas racionalistas com as gramáticas latinizadas, que descreviam o português a partir de categorias gramaticais mais apropriadas ao latim, como “caso” e “declinação”:

Passando aos nomes, [os livros de Grammatica] fazem se não sei quantas declinações, e dão lhes não sei quantos casos: mas **os nossos nomes não tem casos, ou desinencias finaes diversas**, senão *eu, tu, elle*: os mais só se varião para indicar o numero plural, v. g. *casa, casas; templo, templos*. A estes sonhados casos dão lhes nomes de Nominativos, Genitivos, Dativos, Accusativos, &c. Se lhes perguntares o que é isto, dir-te hão, que em Latim são diversas terminações do mesmo nome, que servem para indicar as varias relações, em que se representa o objecto significado pelo nome. Mas além de que **são idéyas falsas dizer, que ha genitivos, dativos, &c. em Portuguez**, também seriam falsas noções as que se dessem de correspondencias entre o Latim, e Portuguez. (Moraes Silva, 1806, p. III-IV, grifos nossos).

Portugal conheceo Grammaticas Portuguezas ainda antes que outras nações civilizadas tivessem huma na sua Lingua. [...] Mas todas estas Grammaticas, além de muitos erros e defetios particulares, que nos seus lugares notarei, tem o commum de serem huns **systemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas** [...] (Soares Barbosa, 1822, p. XI-XII, grifo próprio).

Essa postura disruptiva das gramáticas da linhagem racionalista, exemplificada acima por meio de trechos de gramáticas de língua portuguesa, se acentua nas gramáticas da linhagem empirista, que assumem como foco principal os *usus* (usos), as particularidades, o gênio de cada língua – ainda que esses usos correspondam, em linhas gerais, à fala de prestígio, e não aos usos linguísticos das camadas populares ou distantes das cortes. A retórica dos autores dessa linhagem costuma se contrapor não só ao modelo latinizado dos casos e declinações, mas também às bases dedutivas e às explicações abstratas das gramáticas racionalistas (filosóficas), como pode ser visto na “Advertencia” da *Grammatica portugueza elementar – fundada sobre o methodo historico-comparativo* (1786), do autor português Theophilo Braga (1843-1924):

A nossa Grammatica, fundada no século XVI por Fernão de Oliveira e João de Barros **sob a direcção do latim classico**, só começou a ser estudada como um producto independente depois dos esforços de Amaro de Roboredo, que se lamentava de não haver ainda no seculo XVII escolas para a lingua nacional. Sob o dominio e disciplina escolar dos jesuitas, a Grammatica portugueza **tornou a ser submettida aos promptuarios**



**latinos** e às violências de retórica; o padre Bento Pereira (1672) achou *vocativo* no pronome *eu*, *genero neutro* no pronome *isto e isso*; *gerundios* e suplementos de *supinos* nos verbos, e reduziu a *syntaxe* às regras de concordância. Depois da reforma tentada por Pombal, a *Grammatica* de Lobato em nada levantou o estudo *grammatical* do portuguez, e sob a influencia abstracta das idéas de Condillac sobre a *grammatica* geral é que Jeronymo Soares Barbosa escreveu a sua *Grammatica philosophica*. Esta obra é a fonte de todas as *grammaticas* abreviadas das práticas que se tem escripto em Portugal. **Todas elas peccam pela sua classificação dos factos linguisticos sem base racional, e ao mesmo tempo pelas explicações abstractas e auctoritarias**, que tornaram a *grammatica* uma cousa *mechanica* (Braga, 1876, p. VII-VIII, grifo próprio).

Do ponto de vista cronológico, essas três linhagens gramaticográficas – latinizada, racionalista e empirista – costumam aparecer em momentos diferentes e sucessivos: no domínio das línguas românicas, as gramáticas latinizadas têm início com a gramática castelhana de Nebrija, no fim do século 15; as gramáticas racionalistas tomam corpo com a gramática geral e razoada de Port-Royal, na segunda metade do século 17; e as gramáticas empiristas começam a vir à luz com a gramaticografia francesa do início do século 18 (cf. Faraco; Vieira, 2021). Essa sucessão temporal, porém, não implica necessariamente a substituição de um modelo por outro. Na verdade, esse arcabouço de linhagens nos permite observar distintas situações: i) a coocorrência de linhagens; ii) a avaliação e escolha de linhagens; iii) a crítica conflitante a outras linhagens; iv) o entrecruzamento de linhagens.

Na primeira situação, linhagens diversas coocorrem em projetos gramaticográficos distintos durante um mesmo período. Um exemplo pode ser encontrado na história da gramaticografia do português dos séculos 18 e 19. Publicada em 1770 por Antonio José dos Reis Lobato (1721-1804), a *Arte da grammatica da lingua portuguesa [...]*, obra que se enquadra na linhagem latinizada e, como vimos acima, foi alvo explícito das críticas de Soares Barbosa (1822), teve edições sucessivas até 1870, um século depois de sua primeira edição. Essas reedições da *Arte* de Lobato aconteceram paralelamente a várias reedições de Soares Barbosa (1822), obra de linhagem racionalista cuja última edição é de 1881, quando os ventos da gramática histórico-comparativa já sopravam em Portugal devido à publicação do livro *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe* (1868), de Adolfo Coelho (1847-1919). Portanto, as críticas de Soares Barbosa e de outros gramáticos de língua portuguesa à linhagem latinizada não redundaram no simples abandono da arte latinizada de Lobato, que coexistiu durante praticamente todo o século 19 com a gramática filosófica de Soares Barbosa. Por sua vez, as ideias racionalistas de Soares Barbosa coexistiram ainda por quase vinte anos com o pensamento histórico-comparativo das gramáticas de linhagem empirista do fim do século 19, geralmente avesso às gramáticas racionalistas/filosóficas.

Na segunda situação (a avaliação e escolha de linhagens), as linhagens são avaliadas pelos agentes gramaticográficos como alternativas analíticas viáveis aos objetivos do instrumento linguístico. Ilustra essa situação um aspecto do processo de elaboração da *Gramática de la Lengua Castellana compuesta por la Real Academia Espanõla*<sup>11</sup>, publicada em 1771. Durante debates preliminares, seus autores tiveram em conta um modelo racionalista, que buscava fundamentar as regras gramaticais em princípios universais e abstratos, e um modelo empirista, que defendia a descrição do uso real da língua como base para a gramática da Real Academia Espanõla (RAE). Optaram pelo segundo não por críticas imanentes ao primeiro, mas por considerarem o empirismo mais adequado ao caráter pedagógico que queriam dar à obra (cf. Sarmiento, 1978). Na verdade, essa disputa refletiu um debate mais amplo sobre a natureza do conhecimento e a melhor forma de se estudar a linguagem. A decisão da RAE marcou, assim, um importante momento na história da gramaticografia ocidental, consolidando a influência do empirismo e abrindo caminho para o desenvolvimento de abordagens descritivas baseadas nos usos da língua.

Exemplos da terceira situação (a crítica conflitante a outras linhagens), em que são tecidas críticas a outras linhagens gramaticográficas com o propósito de justificar sua superação, já foram apresentados acima, especificamente quando citados elementos retóricos das seções pré-textuais de Moraes Silva (1806), Soares Barbosa (1822) e Theophilo Braga (1876), gramáticas de língua portuguesa. A gênese desse movimento de ruptura entre linhagens na gramaticografia europeia moderna remonta possivelmente à gramaticografia francesa, de modo particular à *Grammaire Française sur un plan nouveau pour en rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée*<sup>12</sup>, escrita pelo padre Claude Buffier (1661-1737) e publicada em 1709. Nela aparece formulada uma crítica às gramáticas latinizadas e uma defesa de sua substituição por uma gramática empirista, que descreva a língua como ela é<sup>13</sup>:

[...] cada língua para ser bem estudada deve ter sua gramática particular, e o que tornou ruim tantas gramáticas foi ter desejado aplicar o que é próprio de uma língua a uma outra língua diferente de todo. É em particular um defeito essencial das gramáticas francesas que se desejou fazê-la sobre o plano das gramáticas latinas, sob o pretexto de que o francês vinha do latim. É verdade que um grande número de suas palavras deriva do latim, mas para o arranjo das frases & a forma das expressões que fazem o caráter de uma língua, o francês é tão diferente

---

<sup>11</sup> Em português: *Gramática da língua castelhana composta pela Real Academia Espanhola*.

<sup>12</sup> Em português: *Gramática Francesa sobre um plano novo para tornar nela os princípios mais claros e a prática mais cômoda*.

<sup>13</sup> Na seção 6 deste artigo, esse movimento de ruptura de Buffier (1709) em relação aos modelos sintáticos baseados nos casos será retomado para análise.

do latim quanto de qualquer outra língua que seja (Buffier, 1709, p. 8-9, tradução própria).<sup>14</sup>

Esse gesto crítico não redundou, todavia, no abandono imediato do modelo latinizado. Ele continuou a ser utilizado na gramaticografia do francês, como mostra a gramática de Pierre Restaut (1696-1764), publicada em 1730, quase três décadas depois da *Grammaire Française* de Buffier – outro exemplo de coocorrência de linhagens. Apesar do título – *Principes généraux et raisonnés de la langue Française par demandes & par réponses*<sup>15</sup> –, Restaut (1730) se vale de inúmeras tábuas de declinação de artigos, nomes e pronomes, de modo semelhante, por exemplo, a Argote (1725) – gramática do português, como se sabe, fiel ao modelo latinizado:

**Figura 2** – Declinação de um nome masculino em Restaut (1730)

SINGULIER.		PLURIER.	
<i>Nom.</i>	le Prince.	<i>Nom.</i>	les Princes.
<i>Gen.</i>	du Prince.	<i>Gen.</i>	des Princes.
<i>Dat.</i>	au Prince.	<i>Dat.</i>	aux Princes.
<i>Acc.</i>	le Prince.	<i>Acc.</i>	les Princes.
<i>Voc.</i>	ô Prince.	<i>Voc.</i>	ô Princes.
<i>Abl.</i>	du Prince.	<i>Abl.</i>	des Princes.

Fonte: Restaut (1730, p. 22)

Por fim, na quarta e última situação (o entrecruzamento de linhagens), há a eventual fusão de linhagens em propostas gramaticográficas ecléticas. Isso pode ser observado na “Introduçãam” de Argote (1725). Se o ecletismo não é de todo perceptível na prática analítica propriamente dita, ele é visível nos gestos retóricos desse autor quando faz referência à Gramática de Port-Royal, embora não escreva uma gramática razoada ou filosófica:

Tambem advirto que alguns poderaõ estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza, porém os que forem versados na **lição do novo methodo dos Padres da Congregação de Portroial**, e da Grammatica discursada do Padre Lami, veraõ que na explicação da

<sup>14</sup> No original: “chaque langue pour être bien aprise doit avoir sa Grammaire particuliere, & ce qui a fait tant de mauvaises Grammaires, c’est d’avoir voulu apliquer celle qui étoit propre d’une langue à une autre langue toute différente. C’est en particulier uu défaut essentiel dans les Grammaires Françaises qu’on a voulu faire sur le plan des Grammaires Latines : sous pretexte que le François venoit du Latin. Il est vrai qu’un grand nombre de ses mots en dérivent : mais pour l’arangement des phrases & le tour des expressions qui font le propre caractere d’une langue, le François est aussi différent du Latin que de quelque autre langue que ce soit”.

<sup>15</sup> Em português: *Princípios gerais e razoados da língua francesa por perguntas e por respostas*.

Grammatica Portuguesa observe a mesma doutrina, que elles observáraõ a respyto da Latina (Argote, 1725, n.p, grifo próprio).<sup>16</sup>

Retórica de ruptura semelhante se vê na gramática latinizada de Reis Lobato (1770). Na também denominada “Introducçam” de sua *Arte*, o autor apresenta um panorama crítico da gramaticografia de língua portuguesa até então. Em síntese, afirma que a *Grammatica da lingoagem Portuguesa* (1536), de Fernão de Oliveira (1507-1581), não é sequer uma gramática, devido à limitação de seu escopo; que a *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), de João de Barros (1496-1570), é muito reduzida e contém erros graves; e que o *Methodo grammatical para todas as lingvas* (1619), de Amaro de Roboredo (1580/85-1653), tem muitos defeitos, sobretudo no tratamento da sintaxe. Entretanto, embora aponte problemas nas *Regras da lingua Portuguesa, espelho da lingua Latina* de Argote, Lobato entende que tais problemas não são muitos por conta de Argote ter seguido a doutrina de Port-Royal:

Na Grammatica de D. Jeronymo Contador de Argote se não achão na verdade tantas imperfeições, como se encontrão nos sobreditos Gramaticos; porque são melhores as suas definições, por ter seguido, como o mesmo Autor confessa, a Lami na sua Grammatica discursada, e as **doutrinas do Methodo dos Padres da Congregação do Port-Royal** (Reis Lobato, 1770, p. XXXVI-XXXVII, grifo próprio).

Ao avançarmos para o século 19, outro exemplo de entrecruzamento de linhagens na gramaticografia do português aparece na *Grammatica Portuguesa* (1881), de Júlio Ribeiro (1845-1890)<sup>17</sup>, como se pode constatar pela leitura dos dois fragmentos abaixo. O livro se inicia com uma declaração claramente empirista e pedagógica: cabe à gramática expor os fatos da língua de modo a ser aprendida com facilidade. No entanto, ao analisar a sintaxe do português, segue uma perspectiva racionalista, assumindo, por exemplo, o conceito de *juízo* e a ideia de que as estruturas podem ser decompostas em *sujeito, cópula e atributo*:

A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos della, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objecto a correcção da

---

<sup>16</sup> A obra do Padre Bernard Lamy (1640-1715), citada por Argote e Lobato, tem o título *Rhetorique ou L'Art de Parler* (em português, *Retórica ou a arte de falar*). Obra de base racionalista, teve grande sucesso, alcançando 29 edições. Está dividida em cinco livros: o primeiro é uma dissertação sobre língua e gramática; o segundo, um estudo das figuras; o terceiro, um estudo dos sons e da versificação; o quarto trata do estilo; e o quinto é propriamente uma arte retórica. Seus intérpretes costumam considerá-la uma obra que completa Port-Royal. Nesse sentido, ela seria a Retórica de Port-Royal, ao lado da Lógica (Arnauld; Nicole, 1662) e da Gramática (Arnauld; Lancelot, 1660). No texto, não aparecem referências diretas a Port-Royal, mas o discurso se intersecciona com o que se lê em sua Lógica e em sua Gramática.

<sup>17</sup> Prete (2020), além de fazer uma revisão crítica das avaliações desta gramática de Júlio Ribeiro correntes em estudos historiográficos da gramaticografia brasileira, mostra, com propriedade, o ecletismo que a caracteriza.

linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escritos, muita gente consegue falar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica (Ribeiro, 1881, p. 1).

Neste exemplo « *Rosas são flores* » « *Rosas* » é o sujeito ; « *são* » a copula ; « *flores* », o predicado. Neste outro « *Pedro ama* » « *ama* » decompõe-se em « *é amante* », e todo o exemplo analisa-se como acima. O acto da mente pelo qual o predicado se liga á noção expressa pelo sujeito chama-se *juízo*. O resultado de um juízo é um *pensamento*. A expressão do pensamento é a *sentença* (Ribeiro, 1881, p. 194-195).

Assim, em meio a essas múltiplas dinâmicas entre linhagens gramaticográficas, temos nos dedicado, entre outros temas na historiografia da gramaticografia, à passagem dos modelos sintáticos baseados nos casos aos modelos sintáticos baseados nas funções. Trata-se de um processo, como se percebe, de longa duração. Não houve um momento de ruptura radical, mas momentos de idas e vindas, de continuidades e descontinuidades entre modelos sintáticos, até o desaparecimento total dos modelos latinizados centrados nos casos. A seguir, contaremos, então, um pequeno pedaço dessa longa história.

## **Modelos sintáticos centrados nas relações formais de concordância e regência**

Introduzidos na escrita das gramáticas de línguas europeias modernas por Nebrija (1492), os modelos sintáticos centrados nas relações formais de concordância e regência entre palavras se estruturam a partir da categoria “caso” e de seus tipos (nominativo, genitivo, acusativo, dativo, ablativo e vocativo), tal como costumam aparecer nas gramáticas latinas. Também podem ser chamados, por essa razão, *modelos sintáticos de casos latinos*. De certa forma, tudo favorecia esse gesto teórico do gramático castelhano. O contexto intelectual em que vivia Nebrija era o do Humanismo do século 15, pensamento que cultuava uma retomada da cultura greco-latina e, por consequência, fazia apologia do estudo do latim dito clássico.

Não se pode esquecer, nesse sentido, que o próprio Nebrija foi professor de latim na Universidade de Salamanca e publicou, em 1481, antes da *Gramática castellana* (1492), uma gramática do latim, intitulada *Introductiones latinae*<sup>18</sup>. Essa obra conheceu sucessivas edições logo na sequência de sua publicação, tendo alcançado, sob essa perspectiva, maior sucesso editorial que a gramática castelhana do autor, a qual só seria reeditada em meados do século 18, quase 300 anos depois da primeira edição (cf. Miranda, 2002). Numa das várias edições da *Introductiones latinae* – a quinta, publicada possivelmente em 1486 –, Nebrija chegou a incluir uma apresentação contrastiva

---

<sup>18</sup> Em português: *Instruções latinas*.

de estruturas do latim e do castelhano. Embora tenha posteriormente renegado essa edição (cf. Fernandes, 2006), já estava aí realizado um trabalho que antecipava, de certa forma, o modelo sintático presente em Nebrija (1492). Vale lembrar também que Nebrija identificava, entre os possíveis usuários de sua gramática castelhana, as pessoas interessadas em aprender latim; ou seja, o estudo da língua vernácula, o castelhano, seria a porta de entrada do estudo da língua clássica, o latim. A adoção de um modelo baseado nos seis casos latinos tinha também, portanto, uma clara finalidade prática e pedagógica.

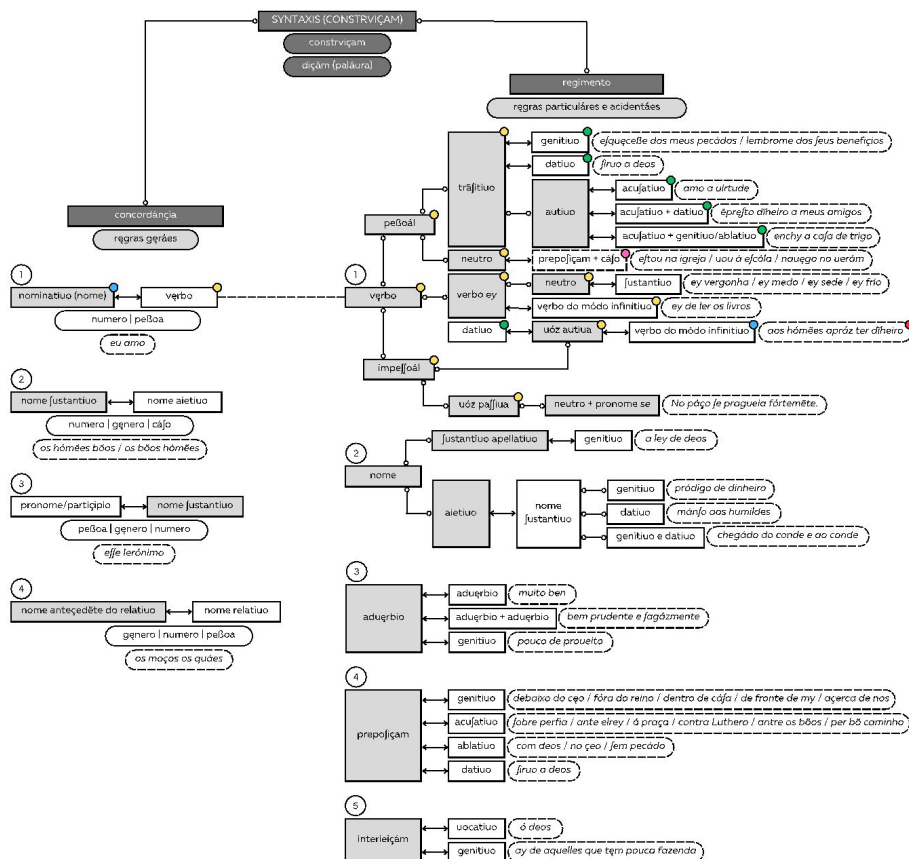
Esses fatores contextuais dão, pois, pleno sentido à adoção dos casos como categorias estruturantes da primeira gramática do castelhano e, na sequência, das primeiras gramáticas de outras línguas europeias modernas (como ilustrado na seção anterior), embora os elementos nominais da maioria dessas línguas não tivessem flexão morfológica de caso.

No contexto lusitano, João de Barros, em sua já citada *Grammatica da lingua Portuguesa* (1540), primeira sistematização descritivo-normativa do vernáculo português<sup>19</sup>, foi pioneiro na elaboração de um modelo sintático centrado nas relações de concordância e regência, gramatizadas a partir dos casos latinos:

---

<sup>19</sup> A precursão de Fernão d'Oliveira (1507-1581) em sua *Grammatica da lingoagem portuguesa* (1536) não nos oferece sequer prenúncio de modelo sintático inferível. Embora ele faça menção à ideia de “côstrução”, entendida como a “côposição ou conção que as partes ou dições da nossa lingua têm entre si como em qualq̃r outra lingua” (d'Oliveira, 1871 [1536], p. 117), praticamente não há saberes sintáticos desenvolvidos e sistematizados na obra. Ao assunto só é dado espaço no capítulo XLIX – o penúltimo da gramática, pouco maior que uma página. Nesse capítulo, lê-se que a sintaxe deveria ser tratada com fôlego em obra posterior, que, por algum motivo, nunca veio a ser escrita (ou talvez tenha se perdido).

**Figura 3 – Rede taxonômica (parcial) do modelo sintático de Barros (1540)<sup>20</sup>**



Fonte: Vieira (2024, p. 782)

O modelo sintático de Barros (1540), parcialmente representado na Figura 3, reflete as relações e as regras de concordância e regência apresentadas nos Capítulos I a IV do Livro IV (“Que es de syntaxis y orden de las diez partes de la oración”) da gramática de Nebrija (1492). Não se deve esquecer, porém, que essa semelhança também decorre de um patrimônio comum de gramatização de base latina, aquilo que Auroux (1992, p. 44) chama de “gramática latina estendida”. Em Barros (1540), as referências genéricas a

<sup>20</sup> Uma versão completa dessa rede taxonômica – com as 34 figuras/vícios de construção (solecismos) arroladas em Barros (1540) – e um glossário dos 75 metatermos da rede são apresentados em Vieira (2024). No referido artigo, também se apresenta uma legenda para leitura dos símbolos que ajudam a organizar a rede taxonômica, como, por exemplo, os círculos azul, amarelo, verde, rosa e vermelho, que representam, respectivamente, as ideias (na terminologia de hoje) de sujeito, verbo, complemento verbal, adjunto adverbial e oração subordinada substantiva.

“os latinos”<sup>21</sup>, bem como a autores latinos específicos, como Quintiliano (35-96 EC)<sup>22</sup>, sugerem que o gramático português consultou diretamente fontes latinas, não apenas a gramática castelhana de Nebrija.

A Figura 3 também mostra que a sintaxe de Barros (1540) é dividida em regras gerais de concordância (quatro tipos) e regras particulares e acidentais de regimento [regência] (cinco tipos), tratadas principalmente no capítulo “Da construiçam das pártes” (Barros, 1540, p. 30-33 verso). O caso nominativo estrutura a primeira regra de concordância e os demais casos (genitivo, dativo, acusativo, ablativo e vocativo), as cinco regras de regência. A categoria caso também integra o modelo sintático barrosiano como um dos acidentes da segunda regra de concordância, na qual o nome adjetivo concorda em caso – além de gênero e número – com o nome substantivo. Esse aparato de descrição/prescrição sintática perdurou na maioria das obras gramaticais em português subsequentes, pelo menos até o final do século 18, a exemplo das gramáticas já mencionadas de Argote (1725) e Reis Lobato (1770), bem como dos instrumentos linguísticos de Roboredo (1619), Álvares (1786), Figueiredo (1799), entre outros, evidenciando a permanência das características centrais do modelo sintático de Barros na gramaticografia lusitana de linhagem latinizada.

### O estatuto ambivalente da categoria “caso” nas gramáticas latinizadas

Quando apresentamos as gramáticas latinizadas do português para iniciantes na historiografia da gramaticografia, costuma surgir a pergunta sobre se, para esses autores, não era óbvio que o português não tem casos e, portanto, se não seria uma impropriedade utilizá-los como categorias na descrição sintática da língua.

Gramáticos como João de Barros percebiam, sim, a inexistência de declinações e casos morfológicos nos nomes (substantivos e adjetivos) de boa parte das línguas europeias modernas. O próprio Nebrija (1492), depois de dizer que “nombre es una delas diez partes dela oracion: que se declina por casos sin tiempos: & significa cuerpo o cosa” (p. 28), afirma que a “declinacion del nombre no tiene la lengua castellana” (p. 34) e que “la significacion delos casos distingue por preposiciones”<sup>23</sup> (p. 34). Logo adiante, enumera os cinco casos do castelhano (nominativo, genitivo, dativo, acusativo e vocativo), acrescentando o seguinte comentário: “Sexto & septimo caso no tiene

---

<sup>21</sup> Por exemplo: “Nós tomaremos da nossa contruiçam o mais necessário, imitando sempre a órdem dos latinos” (Barros, 1540, p. 30); “Estes uerbos peñoães, ou pálla a sua auçam em outra cousa, ou nam. Os que pássam chamálhe os latinos trãstituos” (Barros, 1540, p. 31 verso); “Muitas outras figuras tem os latinos as quães nam exemplificamos em nossa linguagem” (Barros, 1540, p. 39 verso).

<sup>22</sup> Por exemplo: “Figura (segúdo difinçã de Quintiliano) e hũa fóрма de dizer per algũa árte nóua” (Barros, 1540, p. 34).

<sup>23</sup> Em português: “nome é uma das dez partes da oração, que se declina por casos sem tempo e significa corpo ou coisa”; “a língua castelhana não tem declinação do nome”; “a significação dos casos se distingue por preposição”.



nuestra lengua pero reduzense a los otros casos”<sup>24</sup> (p. 34 verso). Mais à frente, divide, em sua exposição, os nomes do castelhano em três declinações e arrola os respectivos paradigmas.

Uma leitura rápida poderia identificar, nessa exposição de Nebrija (1492), um discurso um tanto quanto incongruente. Afinal, haveria ou não declinações e casos na língua castelhana? Essa incongruência desaparece, no entanto, se percebermos que a categoria “caso”, tanto nessa gramática do castelhano quanto nas gramáticas do português de linhagem latinizada, não designa apenas ou exclusivamente um fenômeno morfológico, mas também, em última instância, um fenômeno lógico-semântico. Assim, quando Nebrija (1492) diz que o castelhano não tem declinação, ele está se referindo ao paradigma flexional comum aos casos latinos. No entanto, quando afirma que o castelhano distingue a significação dos casos por preposições, ele está, claramente, tomando a categoria “caso” para além do seu sentido flexional, o que lhe permite organizar paradigmas de declinação e caso para o castelhano – muito embora tenha afirmado que o castelhano não tem declinação. Nesse sentido, pode-se visualizar, nessa aparente incongruência, a compreensão de que a categoria “caso” existe tanto em latim quanto em castelhano, mas que se expressa nas duas línguas de modos diversos: em latim, por flexão; em castelhano, por meio de preposições.

Esse entendimento da categoria “caso” se repetirá, depois, nas gramáticas de outras línguas europeias modernas, como, por exemplo, em Barros (1540). Nessa e em outras obras latinizadas da gramaticografia portuguesa, os metatermos ligados à categoria “caso” (seus tipos) ganham acepções mais amplas, muitas vezes imprecisas, associadas a aspectos semânticos ou ontológicos, e desvinculadas das marcas morfológicas decorrentes das declinações latinas – as quais não existem em português:

**Quadro 1** – Casos que estruturam as regras de concordância e regência em Barros (1540)

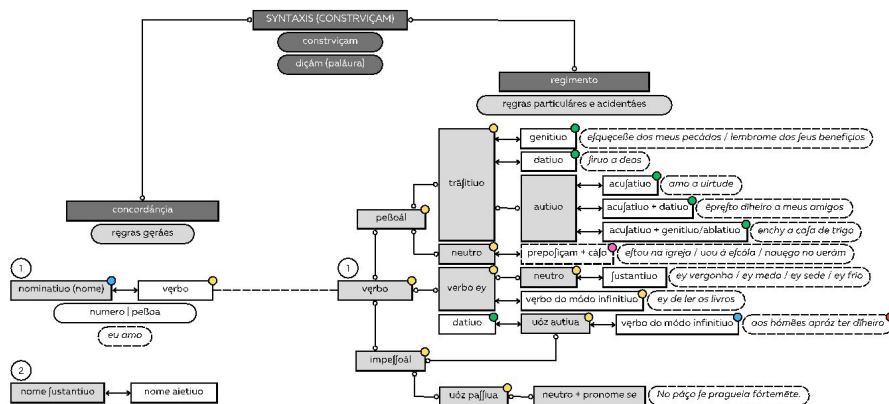
<b>Caso</b>	<b>Acepção (p. 11-11 verso)</b>
Nominativo	“nomea a cousa : e nelle está a cousa que ẽ ou a pessoa que faz”
Genitivo	“nelle estar o senhor da cousa”
Dativo	“poemos a peõa em cuiuo proueito ou dano ẽ dáda ou feita a cou-sa”
Acusativo	“se põe a cou[sa] feita ou amada”
Vocativo	“está a pessoa que chamamos”
Ablativo	“se usa tirãdo ou apartando a cousa dalgũ lugar”

**Fonte:** Elaboração própria

<sup>24</sup> Em português: “Sexto e sétimo caso não tem a nossa língua, mas se reduzem aos outros casos”. O sexto caso seria o ablativo e o sétimo, que ocorria no latim arcaico, seria o locativo, de uso quase nulo em momentos posteriores da língua latina (Cardoso, 2011, p. 32).

Note-se mais de perto o papel desses casos no modelo sintático de Barros (1540). A Figura 4, a seguir, retoma um trecho da rede taxonômica desse modelo, focalizando, desta vez, somente as regras do tipo 1 de concordância e regência (regimento):

**Figura 4** – Regras do tipo 1 de concordância e regência no modelo sintático de Barros (1540)



Fonte: Vieira (2024, p. 782, adaptado)

Por meio da Fig. 4, pode-se afirmar que a “oração” não desempenha papel explícito no modelo sintático de Barros (1540). Além disso, a obra não conceitua esse metatermo – embora o mencione, por exemplo, quando se faz referência a “pártes da oraçam” (Barros, 1540, p. 12). Dado que o modelo é estruturado a partir das regras de concordância e regência, a ênfase analítica incide nas relações formais entre o nome no caso nominativo e o verbo (relação de concordância); ou entre o verbo e o nome nos demais casos (relação de regência). A oração, portanto, não é configurada como unidade de análise. Conforme já dito, esse tipo de modelo sintático percorreu, com certa estabilidade, pelo menos até o final dos setecentos. Assim, durante esses três séculos, a estrutura da oração em português não foi efetivamente descrita em sua completude lógico-semântica, enquanto unidade proposicional.

Por outro lado, se é verdade que, no domínio da regra do tipo 1 de concordância, as relações estabelecidas são de identidade morfológica entre os acidentes “número” e “pessoa” do verbo e do nominativo, no domínio da regra do tipo 1 de regência, as relações são de determinação semântica entre o verbo e um ou mais casos (genitivo, dativo, acusativo e/ou ablativo). Esse cenário, somado aos aspectos lógico-semânticos inerentes à conceituação dos casos na obra (cf. Quadro 1), possibilita que se projete uma estrutura oracional completa do português descrito/prescrito em Barros (1540), quando se nivelam as regras do tipo 1 de concordância e regência. A linha horizontal tracejada na Figura 4 representa essa projeção. Note-se, também, que os círculos na cor amarela sinalizam os verbos da oração e os nas cores azul, verde e rosa, respectivamente, as

noções latentes de “sujeito”, “complemento verbal” e “adjunto adverbial” – embrionárias nos modelos sintáticos dos quinhentos aos setecentos, mas fundamentais ao saber sintático contemporâneo no âmbito da gramaticografia (tradicional ou não), dos estudos linguísticos e das abordagens de ensino de gramática na educação básica.

Em suma, os tipos de caso nos modelos sintáticos centrados nas relações formais de concordância e regência designam, assim, duas realidades distintas na gramaticografia ocidental: uma flexional/morfológica e outra proposicional/lógico-semântica. Desse modo, uma construção castelhana ou portuguesa com a preposição *a* antecedendo um nome, classificada por Nebrija (1492) ou Barros (1540) como do caso “proposicional” dativo, exprime a mesma relação que, na construção latina correspondente, é expressa pelo nome no caso “flexional” dativo. Ou seja, diferentemente dos casos latinos, os casos castelhanos e portugueses apresentados no início da gramaticografia dessas duas línguas não se distinguem pelas terminações dos nomes, mas pelas preposições e/ou artigos que os acompanham.<sup>25</sup>

No século 20, Louis Hjelmslev (1899-1965), em seu estudo sobre os casos e tendo como referência seu modelo de análise linguística, a glossemática, que distingue o plano da expressão e o plano da forma (no sentido saussuriano), dirá que a diferença entre uma perspectiva sintética (flexional) e outra analítica (construção com preposição) é do plano da expressão e não do plano da forma (Hjelmslev, 1935). Por isso, diz o linguista dinamarquês, o francês moderno tem casos tanto quanto o latim. Ou seja, no plano da forma, no plano sistêmico, as duas línguas têm uma categoria cujo valor é significar diferentes relações lógico-semânticas entre termos. Já no plano da expressão, ambas se distinguem: uma expressa as relações sinteticamente (o latim) e a outra analiticamente (o francês).

É válido destacar que, aproximadamente quatro séculos antes de Hjelmslev, os gramáticos Nebrija (1492) e Barros (1540) tinham entendimento semelhante quando diziam que o castelhano e o português distinguem a significação dos casos por meio de preposições ou artigos que os acompanham. Assim, esses gramáticos renascentistas já identificavam, na questão dos casos, dois planos: o flexional e o lógico-semântico. Porém, seu arcabouço descritivo era originário de gramáticas de línguas com casos morfológicos (grego e latim) e passou a ser usado para analisar línguas sem tais casos. Além disso, a terminologia era única: “dativo”, por exemplo, era tanto o nome da flexão morfológica quanto da relação lógico-semântica/proposicional entre um verbo e um nome. Diante disso, houve uma ambivalência na compreensão da categoria “caso” que atravessou o discurso dos gramáticos por um bom tempo. Tal ambivalência tinha, em germe, um modelo de relações lógico-semânticas e funções sintáticas que posteriormente tomaria forma à medida que os modelos sintáticos estruturados a partir dos casos latinos foram sendo submetidos à crítica.

---

<sup>25</sup> Esse argumento vai na direção do que dizem Cardoso (2004, p. 85) e Borges Neto (2022, p. 165) sobre o tema.

## A categoria “caso” na *Gramática de Port-Royal* (1660)

A ambivalência da categoria “caso” também se faz presente na principal referência das gramáticas de linhagem racionalista, a *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*<sup>26</sup>, publicada em 1660 pelos franceses Antoine Arnauld (1612-1694) e Claude Lancelot (1615-1695). Nesse sentido, a distinção entre relação formal (flexional) e relação lógica (proposicional) é clara na obra. No capítulo VI da Segunda Parte, cujo título é “Dos casos e das preposições na medida em que é necessário falar delas para se entender alguns casos”, lê-se que, como “as palavras são muitas vezes consideradas nas diversas relações que têm umas com as outras, uma das invenções utilizadas em algumas línguas para marcar essas relações foi a de dar diversas terminações aos nomes, fato ao qual denominaram *casos*” (Arnauld *et al.*, 2001, p. 42). Para os autores, portanto, a flexão de caso marca, em algumas línguas, as diversas relações que as palavras mantêm entre si; já em outras línguas, essas relações são marcadas por preposições ou, ainda, pela ordem. Há, pois, no entendimento de Arnauld e Lancelot, relações entre as palavras que são diferentemente expressas em cada língua.

Assim, para expressar o genitivo em francês, ou seja, a “relação de uma coisa que pertence a outra” (Arnauld *et al.*, 2001, p. 44), usa-se a partícula “de”. Para expressar o dativo nessa língua, isto é, “a relação da coisa em proveito ou prejuízo da qual se relacionam outras coisas” (Arnauld *et al.*, 2001, p. 46), usa-se a partícula “à”. Já o acusativo, entendido como a relação entre “os verbos que significam ações que passam para fora de quem age” (Arnauld *et al.*, 2001, p. 46) e as pessoas ou coisas que recebem essas ações não tem, em francês, uma marca própria. Em outros termos, o acusativo não é expresso por uma preposição específica e, por isso, não se distingue do nominativo. “Como, porém, colocamos as palavras quase sempre em sua ordem natural, distingue-se o nominativo do acusativo pelo fato de que o nominativo comumente está antes do verbo e o acusativo depois”, afirmam Arnauld *et al.* (2001, p. 47).

Em síntese, a *Gramática de Port Royal*, embora não seja uma gramática latinizada, não deixa de operar com os tipos de caso e os entender tanto no sentido de relações lógicas entre termos quanto no sentido das marcas ou expressão dessas relações. Essa análise reaparece no capítulo XI, sobre as preposições (Arnauld *et al.*, 2001, p. 75-79), e no capítulo XXIV da Segunda Parte, dedicado à sintaxe (Arnauld *et al.*, 2001, p. 125-128). Curiosamente, os tradutores brasileiros da obra acrescentam, no fim desse capítulo sobre as preposições, uma nota em que afirmam haver nele “um visível engano”, porque, segundo eles:

[...] confundem-se forma e função dos casos. Caso propriamente é flexão à qual se atribui determinada função sintática independente de preposição; com a perda dos casos, o analitismo das chamadas línguas

---

<sup>26</sup> Neste artigo, foi utilizada a tradução intitulada *Gramática de Port-Royal*, publicada pela Martins Fontes em 2001.

usuais substituiu a maioria das funções casuais pelo uso de preposições (Arnauld *et al.*, 2001, p. 79, nota de tradução).

Parece-nos, antes, haver um anacronismo na observação dos tradutores. Claramente, na *Gramática de Port Royal*, não se confundem forma e função dos casos, justamente porque a categoria “caso” não é entendida na obra apenas em seu sentido flexional, mas também proposicional. O que pode confundir o leitor da obra é a terminologia: os metatermos são os mesmos para as flexões e para as relações lógico-semânticas.

### **Tentativa de superação da sintaxe de casos: Buffier (1709)**

A superação dessa ambivalência que envolve a categoria “caso” nos primeiros séculos de gramatização dos vernáculos europeus ocorreu à medida que o pensamento gramatical foi pondo sob crítica os modelos sintáticos das gramáticas latinizadas e, em paralelo, construindo aos poucos modelos baseados em funções sintáticas resultantes de relações lógico-semânticas entre termos e desenvolvendo (ou refinando) o conceito sintático de “complementação” (Chevalier, 1968).

Essa transição entre modelos sintáticos se originou na gramaticografia do francês no século 18. Podemos dizer que, desde Port-Royal, eram os franceses que ocupavam a linha de frente do pensamento gramatical na Europa. Basta lembrar, entre outros, o notável trabalho sistemático de consolidação e aprofundamento do saber gramatical ocidental feito por Cesar Du Marsais (1676-1756) e Nicolas Beauzée (1717-1789), ao escreverem os verbetes sobre temas de gramática da *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*<sup>27</sup> (1751-1772), editada por Denis Diderot (1713-1784) e Jean le Rond d’Alembert (1717-1783); ou, ainda, a *Grammaire Générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de fondement à l’étude de toutes les langues*<sup>28</sup>, de Beauzée, publicada em 1767, denso compêndio de metafísica gramatical, ilustrada com exemplos de várias línguas.

Pode-se dizer que o pensamento gramatical do século 18 francês começa com a já citada gramática de Claude Buffier (1661-1737), publicada em 1709. Como afirmamos antes, é provável que tenha sido ele o primeiro a criticar as gramáticas latinizadas. Buffier (1709), já em suas primeiras páginas, avalia como um defeito essencial a escrita de gramáticas do francês sobre o plano das gramáticas latinas, porque, segundo ele, não caberia aplicar as características de uma língua a outra completamente diferente. Em consequência, defende que uma língua fosse estudada tal qual ela é, abrindo, assim, a senda para a linhagem empirista.

---

<sup>27</sup> Em português: *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios*.

<sup>28</sup> Em português: *Gramática Geral, ou exposição razoada dos elementos necessários da linguagem para servir de fundamento ao estudo de todas as línguas*.

No campo da sintaxe, Buffier (1709) opera com a noção de *frase completa*, entendida como a que tem um nome (que expressa o sujeito do qual se diz alguma coisa) e um verbo (que expressa o que se afirma do sujeito). O gramático propôs, então, uma análise da frase completa em três partes: duas essenciais – o *sujeito*, expresso pelo “nome”, e o *que se afirma do sujeito*, expresso pelo “verbo” – e uma terceira, designada de *modificativo*, que agrega ao nome ou ao verbo diversas circunstâncias ou modificações. Seus exemplos são as orações “O zelo age” e “O zelo sem prudência age temerariamente”<sup>29</sup> (Buffier, 1709, p. 49, tradução própria). Na primeira oração, há um nome/sujeito – “Le zele” – e um verbo – “agit” –, sem qualquer modificativo; na segunda, há tanto um nome/sujeito quanto um verbo acompanhados de modificativos – respectivamente, “sans prudence” e “témérairement”. Para Buffier (1709), os modificativos podem ser expressos tanto por “advérbios” (de forma independente) quanto por “preposições” (em combinação com outros termos) e “conjunções” (que conectam palavras e frases).

Arredonda esse modelo sintático de Buffier (1709) uma ideia semelhante à noção moderna de “objeto” ou “complemento”, que aparece mais à frente em sua exposição. A esse respeito, o autor assinala que, no interior da frase, o nome também pode ter a função de *regime* do verbo. Exemplifica com a oração “O pastor conhece suas ovelhas”<sup>30</sup> (Buffier, 1709, p. 61, tradução própria), em que “Le Pasteur” é nominativo ou sujeito do verbo e “ses brebis”, o regime do verbo, por ser o objeto que particulariza sua significação. Vale mencionar que Buffier estendeu essa noção de regime do verbo ao verbo *ser*, como se pode ler no seguinte trecho:

[...] as ovelhas é o *regime do verbo*, porque é o objeto que especifica o significado do verbo conhece, marcando especialmente o que o Pastor conhece; da mesma forma, se eu digo *vocês são sábios*, *você*s será o nominativo e *sábios* será o regime: porque sábios especifica aqui o verbo *são*, marcando especialmente o que *você*s *são*<sup>31</sup> (Buffier, 1709, p. 61, tradução própria).

Essas ideias mostram que, embora o termo “nominativo” rivalize com o termo “sujeito”, já se pode vislumbrar em Buffier (1709) o modelo sintático moderno SVCA – Sujeito | Verbo | Complemento verbal | Adjunto adverbial –, bastante produtivo não só na tradição gramatical sucedânea, como também em diversas teorias linguísticas e propostas pedagógicas contemporâneas<sup>32</sup>. No entanto, apesar dessa inovação analítica e da crítica às gramáticas latinizadas, Buffier (1709) não conseguiu se desvencilhar

<sup>29</sup> No original: “Le zele agit” e “Le zele sans prudence agit témérairement”.

<sup>30</sup> No original: “Le Pasteur connaît ses brebis”.

<sup>31</sup> No original: “[...] *ses brebis* est le *régime du verbe*, parce que c’est l’objet qui particularise la signification du verbe *connoît*, marquant en particulier ce que le Pasteur connoît; de même si je dis, *vous êtes savant*; *vous* sera le nominatif, & *savant* sera le régime: parce que *savant* particularise ici le verbe *êtes*, marquant en particulier ce que *vous êtes*”.

<sup>32</sup> Ilustra o uso do modelo SVCA na pedagogia atual da sintaxe dos períodos simples e complexos o capítulo 3 – entre outros capítulos – de Vieira e Faraco (2023, p. 69-87).

completamente dos modelos sintáticos baseados nos casos latinos, o que mostra como foi trabalhosa a criação de modelos alternativos. Esse gramático continuou a operar com os diferentes tipos de caso, adotando soluções engenhosas, talvez porque não dispusesse ainda de recursos suficientes para criar uma nova terminologia que distinguísse as funções sintáticas em francês. Ou seja, Buffier (1709), na análise da estrutura da oração, permaneceu dando conta das relações lógico-semânticas entre os termos por meio dos casos, mesmo que estes não recebessem marcas flexionais, nem fossem apresentados em paradigmas de declinação dos nomes.

Em contrapartida, há, em Buffier (1709), paradigmas de declinação dos pronomes pessoais. Esse tema seria recorrente nas gramáticas das línguas românicas, as quais costumam identificar, até hoje, nas diferentes formas retas e oblíquas dos pronomes pessoais, resíduos da morfologia dos casos latinos. Há também, nessa gramática francesa, paradigmas de declinação dos artigos. É a solução que Buffier (1709, p. 61, tradução própria) encontrou para marcar o que chamava de “os diversos empregos que damos aos nomes”<sup>33</sup>. Assim, dizia ele, se o nome é empregado para expressar o sujeito, ele será chamado *nome* ou *nominativo do verbo*; se ele é empregado para expressar o objeto que particulariza a significação do verbo, recebe a denominação de *regime do verbo*. E completava: “Quando os nomes são empregados como regimes e não como nominativos, diz-se que estão nos casos oblíquos. Esses casos oblíquos dos nomes se distinguem pelos diversos artigos”<sup>34</sup> (Buffier, 1709, p. 62, tradução própria). Isso significa dizer que os nomes franceses não recebem flexão de caso, mas seus diferentes empregos são marcados pelas diversas formas dos artigos definidos, indefinidos e partitivos, distribuídas num paradigma com três classes (uma sem preposição e duas com preposição), exemplificado, a seguir, com o artigo definido singular masculino e feminino, respectivamente: “1. O Príncipe. A Princesa. 2. Do Príncipe. Da Princesa. 3. Ao Príncipe. À Princesa”<sup>35</sup> (Buffier, 1709, p. 146, tradução própria). Na conclusão da análise, diz ele: “Comumente, a primeira dessas posições corresponde aos casos do latim chamados de nominativo e acusativo; a segunda, ao genitivo e ao ablativo; a terceira, ao dativo”<sup>36</sup> (Buffier, 1709, p. 148, tradução própria). É a partir desse paradigma dos artigos, portanto, que Buffier, ao tratar da sintaxe dos nomes, descreveu seus empregos apelando precisamente aos casos.

---

<sup>33</sup> No original: “les divers emplois où l’on met les nom”.

<sup>34</sup> No original: “Quand les noms sont employez comme régimes & non pas comme nominatifs, ils sont dits être en des cas obliques. Ces cas obliques des noms se distinguent par les divers articles”

<sup>35</sup> No original: “1. Le Prince. La Princesse. 2. Du Prince. De la Princesse. 3. Au Prince; A la Princesse”.

<sup>36</sup> No original: “Communément, le premier de ces rangs répond aux cas du Latin qu’on appelle nominatif & accusatif : le second au génitif & l’ablatif : le troisième au datif”.

## Modelos sintáticos centrados em relações lógicas (funções sintáticas)

O grande salto nesse percurso dos casos às funções sintáticas foi dado na gramaticografia francesa pelo abade Gabriel Girard (1677-1748) em sua gramática em dois tomos, publicada em 1747, com o título *Les Vrais Principes de la Langue Française ou la parole réduite en méthode conformément aux loix de l'usage*<sup>37</sup>.

Girard também era crítico das gramáticas latinizadas do francês e defensor de um modelo gramatical que tratasse “cada língua segundo seus usos e seu gênio próprio”<sup>38</sup> (Girard, 1747, p. 38, tradução própria). Segundo o autor, era preciso, “sobretudo, evitar a armadilha comum que é adaptar às línguas análogas o que só convém às transpositivas”<sup>39</sup> (Girard, 1747, p. 35-36, tradução própria). Ele chamava de transpositivas as línguas com flexão de caso, como o latim, e de análogas as línguas sem tal flexão, como o francês.

No capítulo terceiro do tomo I, dedicado à sintaxe, Girard (1747) finalmente deu forma a uma análise da estrutura da frase com base nas relações lógico-semânticas que se estabelecem entre os termos, sem se valer da terminologia dos casos latinos. O gramático designa o conjunto dessas relações de *regime*: “O regime não é outra coisa senão o concurso das palavras para a expressão de um sentido ou de um pensamento”<sup>40</sup> (Girard, 1747, p. 87, tradução própria). Diz, então, que embora todas as palavras da frase contribuam para a expressão de seu sentido, elas não o fazem da mesma maneira, “estando algumas em regime dominante, outras em regime assujeitado e as terceiras em regime livre, conforme as funções que elas cumprem ali [na oração]”<sup>41</sup> (Girard, 1747, p. 88, tradução própria).

Na sequência, Girard (1747, p. 89, tradução própria) identifica “sete diferentes funções que as palavras devem preencher na harmonia da frase”<sup>42</sup> e se estende na descrição de cada uma, fazendo uso de uma terminologia – vale ressaltar – que dispensa inteiramente os nomes dos casos. O gramático designa tais funções pelos seguintes termos: *subjetivo*, *atributivo*, *objetivo*, *terminativo*, *circunstancial*, *conjuntivo* e *adjuntivo*. Sobre as palavras que compõem cada uma dessas sete partes construtivas ou sete diferentes funções, diz ele:

É necessário que alguns enunciem o sujeito; que outros expressem a atribuição feita ao sujeito; que alguns marquem o objeto; que outros, quando necessário, representem o termo; que haja, quando for o caso,

<sup>37</sup> Em português: *Verdadeiros princípios da língua francesa ou a palavra reduzida em método em conformidade às leis do uso*.

<sup>38</sup> No original: “chaque Langue suivant ses usages & son propre génie”.

<sup>39</sup> No original: “surtout éviter l'écueil ordinaire, qui est d'adapter aux Langues analogues ce qui ne convient qu'aux transpositives”.

<sup>40</sup> No original: “Le Régime n'est autre chose que le concours des mots pour l'expression d'un sens ou d'une pensée”.

<sup>41</sup> No original: “les uns étant en régime dominant, les autres en régime assujetti, & des troisiemes en régime libre, selon la fonction qu'ils y font”.

<sup>42</sup> No original: “sept différentes fonctions que les mots doivent remplir dans l'harmonie de la phrase”.



para a circunstância modificativa, assim como para a ligação todas as vezes que se quiser aproximar as coisas; é preciso, enfim, enunciar os acompanhamentos acessórios quando agradecer ao orador acrescentar algo ao pensamento<sup>43</sup> (Girard, 1747, p. 89-90, tradução própria).

O gramático arremata essa apresentação com a análise do seguinte período: “Monsieur, quoique le mérite ait ordinairement un avantage solide sur la fortune; cependant, chose étrange! nous donnons toujours la préférence à celleci”<sup>44</sup> (Girard, 1747, p. 93). Trata-se de um período composto por duas frases. Em cada uma, o gramático identifica as funções e os termos que a expressam: subjetivo, em “le mérite” e “nous”; atributivo, em “ait” e “donnons”; objetivo, em “un avantage solide” e “la préférence”; terminativo, em “sur la fortune” e “à celleci”; circunstancial, em “ordinairement” e “toujours”; conjuntivo, em “quoique” e “cependant”; e adjuntivo, em “Monsieur” e “chose étrange”<sup>45</sup>.

Na sequência, o abade francês desenvolve um longo argumento para justificar o abandono dos modelos de casos. Em síntese, diz ele que não os abandonou “por afetação ou por espírito de singularidade”<sup>46</sup> (Girard, 1747, p. 97, tradução própria), mas, sim, em decorrência das insuficiências quantitativas e qualitativas dos modelos para dar conta da sintaxe francesa. “o respeito devido aos usos antigos não pode jamais fundamentar uma prescrição contra a verdade”<sup>47</sup> (Girard, 1747, p. 97, tradução própria), sentencia o autor.

Está lançado, finalmente, um modelo de relações lógico-semânticas e funções sintáticas em substituição aos modelos de casos. Cabe, agora, investigar as repercussões dessa proposta na continuidade dos estudos gramaticais, sobretudo de língua portuguesa, tema que já vem sendo desenvolvido em pesquisas do HGEL.

## Considerações finais

Acompanhamos, neste artigo, o longo processo histórico que, na gramaticografia das línguas vernáculas europeias, levou de um modelo sintático de casos a um modelo sintático de funções. A ambivalência da categoria “caso” como fenômeno flexional/morfológico e como fenômeno proposicional/lógico-semântico, presente já na *Gramática*

---

<sup>43</sup> No original: “Il faut que les uns énoncent le sujet : que les autres expriment l’attribution faite au sujet : que quelquesuns en marquent l’objet ; que d’autres dans le besoin en représentent le terme : qu’il y en ait, quand le cas échoit, pour la circonstance modificative, ainsi que pour la liaison toutes & quantes sois qu’on voudra rapprocher les choses : il faut enfin énoncer les accompagnemens accessoires lorsqu’il plaira à l’orateur d’en ajouter à la pensée”.

<sup>44</sup> Em português: “Senhor, embora o mérito geralmente tenha uma vantagem sólida sobre a fortuna, no entanto, coisa estranha!, nós damos sempre a preferência a esta última”.

<sup>45</sup> Em português: subjetivo, em “o mérito” e “nós”; atributivo, em “tenha” e “damos”; objetivo, em “uma vantagem sólida” e “a preferência”; terminativo, em “sobre a fortuna” e “a esta última”; circunstancial, em “geralmente” e “sempre”; conjuntivo, em “embora” e “no entanto”; e adjuntivo, em “Senhor” e “coisa estranha”.

<sup>46</sup> No original: “par affectation ni par esprit de singularité”.

<sup>47</sup> No original: “Le respect dû aux anciens usages ne peu jamais fonder une prescription contre la vérité”.

*castellana* de Nebrija (1492), só foi finalmente resolvida pela gramaticografia francesa de meados do século 18, a partir de suas críticas às gramáticas de linhagem latinizada, o que levou à substituição de um modelo sintático baseado em casos por um modelo baseado em funções.

Consideramos que o estudo aqui apresentado mostra o poder heurístico dos pressupostos teóricos e das orientações metodológicas da HL, quadro de referência disciplinar que adotamos. Ao mesmo tempo, abre um percurso investigativo relevante: explorar as repercussões da mudança de modelos sintáticos – dos casos às funções – na continuidade da gramaticografia ocidental, sobretudo de língua portuguesa.

VIEIRA, Francisco Eduardo; FARACO, Carlos Alberto. Syntactic models in western grammar writing: from Cases to Functions. *Alfa*, São Paulo, v. 69, 2025.

- *ABSTRACT: This article aims to investigate, throughout the history of syntax, the rhetorical and descriptive movements that led Western grammar writing from an analysis based on Latin cases to one based on syntactic functions. This study follows the approach suggested by Colombat et al. (2017, p. 129), who argue that logical analysis of propositions was systematically applied in the grammars of modern European languages only from the 17th century onward, with the French rationalists of Port-Royal. The disciplinary foundation of this research is the Historiography of Linguistics (Swiggers, 2009a; Koerner, 2020), with particular focus on the historiography of grammar writing (Swiggers, 2020; among others). The results indicate that the ambivalence of the category ‘case’, understood as both a flexional and a logical-semantic phenomenon since Nebrija’s Gramática Castellana [Castilian Grammar] (1492), was only finally resolved by French grammar writers in the mid-18th century, leading to the replacement of a syntax model based on cases with one based on functions. This study opens an important investigative path: to explore the repercussions of the shift in syntactic models from cases to functions in the continuity of Western grammaticography, especially in the grammars of Portuguese.*
- *KEYWORDS: Historiography of Linguistics; Grammaticography; Syntax; Syntactic Models.*

### **Contribuição (conforme taxonomia CRediT) dos autores**

**Francisco Eduardo Vieira:** Conceitualização. Curadoria de dados. Análise de dados. Pesquisa. Metodologia. Administração do projeto. Supervisão. Design da apresentação de dados. Redação do manuscrito original. Redação – revisão e edição.

**Carlos Alberto Faraco:** Conceitualização. Curadoria de dados. Análise de dados. Pesquisa. Metodologia. Redação do manuscrito original.

## **Declaração de disponibilidade de dados**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

## **Referências**

ÁLVARES, F. de C. **Breve compendio da gramatica portugueza para o uso Das Meninas que se educação no Mosteiro da Vizitação de Lisboa.** Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1786.

ARGOTE, J. C. de. **Regras da lingua portuguesa, espelho da lingua latina, Ou disposição para facilitar o ensino de lingua Latina pelas regras da Portugueza.** Lisboa: Officina da Musica, 1725.

ARNAULD, A. *et al.* **Gramática de Port-Royal.** Tradução de B. F. Bassetto *et al.* 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1660].

ARNAULD, A.; NICOLE, P. **La logique ou l'art de penser.** Paris: C. Savreux, 1662.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização.** Tradução de E. P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, J. de. **Grammatica da lingua Portugueſa Dialogo em lovvor da nossa lingvagem.** Lisboa: Olyssippone. Apud Lodouicum Rotorigiũ, 1540.

BATISTA, L. de O. **O tratamento dos conhecimentos linguístico-gramaticais em concursos públicos (2010-2019).** 2024. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

BATISTA, R. de O. **Fundamentos da pesquisa em Historiografia da Linguística.** São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

BEAUZÉE, N. **Grammaire Générale, ou exposition raisonnée des éléments nécessaires du language pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues.** II Tomes. Paris: J-Barbou, 1767.

BORGES NETO, J. **História da gramática.** Curitiba: Editora da UFPR, 2022.

BRAGA, T. **Grammatica portugueza elementar fundada sobre o methodo historico-comparativo.** Porto: Livraria Portugueza e Estrangeira, 1876.

BUFFIER, C. **Grammaire Française sur un plan nouveau pour en rendre les principes plus clairs & la pratique plus aisée.** Paris: Nicolas Le Clerc, Michel Brunet, Leconte et Montalant, 1709.

CARDOSO, S. O estudo da palavra na gramática portuguesa no séc. XVI. In: BRITO, A. M. (org.). **Linguística histórica e história da língua portuguesa**: actas do Encontro de Homenagem a Maria Helena Paiva. Porto: Universidade do Porto; Faculdade de Letras, 2004. p. 73-87.

CARDOSO, Z. de A. **Iniciação ao latim**. Ed. revista. São Paulo: Ática, 2011.

CHEVALIER, J.-C. **Histoire de la Syntaxe**: naissance de la notion de complément dans la grammaire française (1530-1750). Genève: Librairie Droz, 1968.

COELHO, A. **A língua portuguesa**: phonologia, etymologia, morfologia e syntaxe. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1868.

COLOMBAT, B. *et al.* **Uma história das ideias linguísticas**. Tradução de J. Léon *et al.* São Paulo: Contexto, 2017.

D'OLIVEIRA, F. **Grammatica da lingoagem portugueza**. 2. ed., conforme a de 1536. Imprensa Portuguesa, 1871 [1536].

DIDEROT, D.; D'ALEMBERT, J. le R. (org.). **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers**. 35 vol. Paris: Briasson, David, Le Breton, Durand, 1751-1772.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. A linhagem empirista na gramática do século 18. **Revista da ABRALIN**, v. 20, n. 3, p. 464-492, 2021.

FERNANDES, G. As Introductiones Latinae (1481) de Élio António de Nebrija. **Humanitas**, 58, p. 253-271, 2006.

FERREIRA, E. G. de M. **Uma historiografia do processo brasileiro de gramatização da colocação pronominal em gramáticas oitocentistas**. 2021. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

FERREIRA, E. M.; VIEIRA, F. E. A colocação pronominal na gramaticografia brasileira do final dos oitocentos (1880-1899). In: ANJOS, M. L. dos. (org.). **Estudos interinstitucionais em historiografia linguística**. Campinas: Pontes Editores, 2024. p. 76-107.

FIGUEIREDO, P. J. de. **Arte da grammatica portugueza ordenada em methodo breve, facil, e claro**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1799.

GIRARD, G. **Les Vrais Principes de la Langue Française, ou la parole réduite en méthode conformément aux lois de l'usage**. Tome I. Paris: Chez Le Breton, 1747.

GÓMEZ ASECIO, J. J. *et al.* Principios, tareas, métodos e instrumentos en historiografia lingüística. In: VAQUERA, M. L. C. *et al.* (ed.). **Métodos y resultados actuales en historiografia de la lingüística**. Nodus Publikationen, 2014. p. 266-301.

HJELMSLEV, L. La catégorie des cas: étude de grammaire générale. Première Partie. **Acta Jutlandica**, v. VII, fasc. 1, p. III-183, 1935.

KOERNER, E. K. F. The historiography of linguistics past, present, future. In: KOERNER, E. K. F. **Last Papers in Linguistic Historiography**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2020. p. 3-35.

LAUDAN, L. **O progresso e seus problemas**: rumo a uma teoria do crescimento científico. Tradução de R. L. Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2011 [1978].

MIRANDA, P. A. de. Quién publicó la *Gramática castellana* de Nebrija a mediados del XVIII? **Bulletin Hispanique**, n. 1, p. 41-69, jun. 2002.

MORAES SILVA, A. de. **Epitome da grammatica da lingua portugueza**. Lisboa: Off. de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

NEBRIJA, E. A. de. **Gramática castellana**. Introducción y notas de M. Á. Esparza y R. Sarmiento. Madrid: Fundación Antonio Nebrija/SGEL, 1992 [1492].

NEBRIJA, E. A. de. **Instrucciones latinae-Recognitio**. Introducción, edición crítica, traducción y notas de E. S. Salor, S. L. Moreda, M. L. H. Moreda y J. V. Á. Vol. 1 y 2. Cáceres: PublicaUEX Editorial, 2022. [1481].

NEBRIJA, E. A. de. **Introducciones latinas contrapuesto el romance al latin**. Edição crítica de Miguel Angel Esparza e Vicente Calvo. Munster: Nodus Publikationen, 1996. [c. 1486].

PRETE, M. **O perfil teórico-metodológico da Grammatica Portugueza de Júlio Ribeiro**. 2020. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Gramática de la Lengua Castellana**. Madrid, Joachin de Ibarra, Impresor de Cámara de S. M., 1771.

REIS LOBATO, A. J. dos. **Arte da grammatica da lingua portugueza, composta, e offerecida ao Ill.<sup>mo</sup> e Exc.<sup>mo</sup> Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello Conde de Oeyras Ministro, e Secretario de Estado de Sua Magestade Fidellissima, da Repartição dos Negocios do Reino, Alcaide Mór da Cidade de Lamego, e Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho, e Cercosa, e dos Reguengos, e Direitos Reaes da De Oeyras, e de Apar de Oeyras, Commendador das Commendas de Santa Marinha de Mata Lobos, e de S. Miguel das tres Minas na Ordem de Christo, &c**. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

RESTAUT, P. **Principes Généraux et Raisonnés de la Grammaire Française par demandes & par réponses**. Paris: Chez Jean Desaint, 1730.

RIBEIRO, J. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

ROBOREDO, A. de. **Methodo grammatical para todas as lingvas**. Lisboa: Pedro Craesbeeck / The University of Chicago Library, 1619.

SARMIENTO, R. La Gramática de la Academia: Historia de una Metodología. **Revista Española de Lingüística**, Madrid, Año 8, Fasc. 1, p. 105-115, 1978.

SILVA, M. Princípios metodológicos e fundamentação teórica da gramaticografia - por uma história cultural da gramática portuguesa. **Revista da ABRALIN**, [S. l.], v. 5, n. 1 e 2, p. 61-81, dez. 2006.

SOARES BARBOSA, J. **Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza**. Lisboa: Typographia da Academia das Sciencias, 1822.

SWIGGERS, P. Gramaticografia e historiografia: una visión retro- y prospectiva. **Anales de Lingüística – Segunda época**, Mendoza, Argentina, n. 4, p. 139-154, abr.-set. 2020.

SWIGGERS, P. La historiografía de la lingüística: apuntes y reflexiones. **Revista Argentina de Historiografía Lingüística**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009a.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. **Todas as Letras**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012.

SWIGGERS, P. Terminología gramatical y lingüística: elementos de análisis historiográfico y metodológico. **Res Diachronicae**, [S. l.], v. 7, p. 11-35, 2009b.

VIEIRA, F. E. A sintaxe no Brasil: notas historiográficas e eixos temáticos de investigação. **Alfa: Revista de Linguística**, São José do Rio Preto, v. 64, n. 1, p. 1-29, 2020a.

VIEIRA, F. E. Ferramentas analíticas para uma historiografia dos modelos sintáticos: rede taxonômica e glossário de metatermos da *Grammatica da lingua Portugue[a]* (1540), de João de Barros. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 32, n. 3, p. 762-803, 2024.

VIEIRA, F. E. Tradição gramatical: história, epistemologia e ensino. In: VIEIRA, F. E.; BAGNO, M. (org.). **História das línguas, histórias da Linguística**: homenagem a Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola Editorial, 2020b. p. 85-125.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. A construção de um padrão exonormativo para o português do Brasil. In: SOUSA, S. C. T. de; BRAGA, A. (org.). **A dimensão política da língua(gem)**: perspectivas da Linguística Aplicada e das Teorias do Discurso. Campinas: Pontes, 2024. p. 143-179.

VIEIRA, F. E.; FARACO, C. A. **Gramática do português brasileiro escrito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2023.

VIEIRA, F. E.; MESQUITA, F. A. Diretrizes teórico-metodológicas para a realização de pesquisas em historiografia da gramaticografia. **Confluência**, Rio de Janeiro, 2025. (no prelo)

Recebido em 16 de dezembro de 2024

Aprovado em 21 de janeiro de 2025

**Editora responsável:** Gisele Cássia de Sousa